

6 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL REALIZADA NO INTERVALO DE 03/08/2023 A 10/08/2023 APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000197-35.2016.8.10.0035 ORIGEM: 2ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ/MA APELANTE: EDNALDO DOS SANTOS ABREU DEFENSORIA PÚBLICA: ADEMIR VAZ ALENCAR APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO PROCURADORA DE JUSTIÇA: REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA RELATOR: Des. Francisco RONALDO MACIEL Oliveira. EMENTA PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DESCLASSIFICATÓRIO PARA O DELITO DO ART. 28 DA LEI 11.343/06. IMPROCEDÊNCIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. VALORAÇÃO NEGATIVA EQUIVOCADA DOS ANTECEDENTES E DA PERSONALIDADE DO AGENTE. PROCEDÊNCIA. SÚMULA 444 DO STJ. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL COM BASE EM ADICÇÃO EM DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA. VALORAÇÃO CONJUNTA. AFASTADA ANÁLISE DESFAVORÁVEL DA CIRCUNSTÂNCIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Os elementos constantes nos autos e que justificaram a procedência da ação penal, relevante quantidade de droga apreendida, forma de acondicionamento, além das circunstâncias em que foi apreendida denotam a finalidade mercantil do agente, não sendo cabível falar em desclassificação para uso de entorpecentes. 2. Quanto aos antecedentes e a personalidade do agente, estes foram equivocadamente valorados, porque a Magistrada utilizou como fundamento ações penais sem trânsito em julgado, contrariando entendimento consagrado na Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça. 3. “[...] 5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no entanto, é firme no sentido de que o alcoolismo do agente ou a sua condição de usuário de drogas não é motivação idônea para o desfavorecimento de sua personalidade ou conduta social, de modo que se impõe o decote deste vetor. [...]” (AgRg no HC n. 524.573/ES, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 12/5/2020, DJe de 28/5/2020.) 4. A natureza e quantidade da droga é um vetor judicial especial que não admite separação na sua análise. Sendo assim, a quantidade do entorpecente apreendido, 155g (cento e cinquenta e cinco gramas), apesar de considerável, não se mostra condição suficiente para exasperar a pena-base, em especial porque se trata de droga de menor potencial lesivo para causar danos e dependência à saúde pública (maconha). 5. Para fazer jus à incidência da causa especial de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, o condenado deve preencher, cumulativamente, todos os requisitos legais, quais sejam, ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, podendo a reprimenda ser reduzida de 1/6 a 2/3, a depender das circunstâncias do caso concreto. 6. O Superior Tribunal de Justiça reiteradamente em seus julgados tem apresentado o fundamento de que ações penais sem trânsito em julgado não podem ser usadas para valorar negativamente o requisito da “dedicação a atividades criminosas”, e assim, negar a aplicação do tráfico privilegiado. 7. Apelo conhecido e parcialmente provido. Pena privativa de liberdade redimensionada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000197-35.2016.8.10.0035, em que figuram como partes os retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, de acordo, em parte, com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/relator), José Luiz Oliveira

de Almeida (vogal) e pelo Des. Sebastião Joaquim Lima Bonfim (substituindo o Desembargador Vicente de Castro) Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, de 03/08/2023 a 10/08/2023. Funcionou pela Procuradoria-Geral de Justiça, o Dr. Krishnamurti Lopes Mendes França. São Luís, 10 de agosto de 2023. Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira Relator (ApCrim 0000197-35.2016.8.10.0035, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 28/08/2023)